

DIVERSIDADE SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS) – SP

Guilherme Henrique Gabriel
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
guihg@hotmail.com;

Lucí Hidalgo Nunes
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
luci@ige.unicamp.br

José Antonio Marengo Orsini
Centro de Ciencia do Sistema Terrestre (CCST),
emarengo@cptec.inpe.br

O CLIMA DAS CIDADES

Resumo: O trabalho avalia a evolução espacial e temporal de informações socioespaciais para os nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), São Paulo, sob a ótica da política. Se o mote da criação dessa região metropolitana foi o intenso e rápido processo de metropolização, com consequências variadas para a população e ambiente – englobando desde o crescimento da renda e do emprego até processos de segregação socioespacial – hoje, enquanto Região Metropolitana legalmente instituída, a Baixada Santista enfrenta dilemas que devem ser discutidos no seu conjunto. No mesmo horizonte de expansão dos serviços e investimentos convivem disputas de diversos atores, pelo uso do território, em um contexto de metropolização parcialmente consolidado. O período analisado (última década) revela que as diferenças entre municípios têm se ampliado, fato que atesta que os princípios de solidariedade e coesão que deveriam nortear a RMBS não estão sendo cumpridos. Este trabalho integra o projeto temático FAPESP 2008/58161-1, que visa avaliar impactos e vulnerabilidade de setores brasileiros às mudanças climáticas globais.

Abstract: This paper evaluates the spatial and temporal evolution of socio-spatial information for the nine municipalities of the Santos Metropolitan Region (RMBS), São Paulo, from the perspective of its politics. If the reason behind the creation of this metropolitan area was the intense and fast urban growth process, with several consequences for the population and environment - encompassing since the income and employment growth until processes of socio-spatial segregation - Today, as legally instituted Metropolitan Region, the Baixada Santista faces dilemmas that must be discussed together by its municipalities. In the same horizon of expanding services and investment there is the dispute between several actors for the use of the territory, in a context of an almost consolidated metropolization. The analyzed period (last decade) reveals that differences between municipalities have expanded, a fact that shows that the principles of solidarity and cohesion that should guide the RMBS are not being accomplished. This work is part of FAPESP 2008/58161-1 research, which aims to assess impacts and vulnerability of Brazilian sectors to global climate change.

Introdução

As regiões metropolitanas representam nodos de desenvolvimento, com papel relevante no contexto territorial ao qual estão inseridas. Em princípio, as relações de solidariedade estabelecidas

entre os municípios, quando da formação de uma região metropolitana, os tornariam mais competitivos e dinâmicos no plano econômico em relação às outras regiões, e mais conectados no plano intrametropolitano, o que refletiria na elaboração de políticas econômicas e sociais de interesse comum.

Criada em 1996 pela Lei Complementar Estadual nº815, a Região Metropolitana da Baixada Santista compreende os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Com uma população de 1.683.725 habitantes em 2011, segundo dados da Fundação SEADE, concentra 4,03% da população do Estado de São Paulo. A região, geomorfologicamente, é caracterizada por planícies que se estendem do oceano até as formações da Serra do Mar. A RMBS, seus municípios, bem como suas feições morfológicas estão representadas na Figura 1.

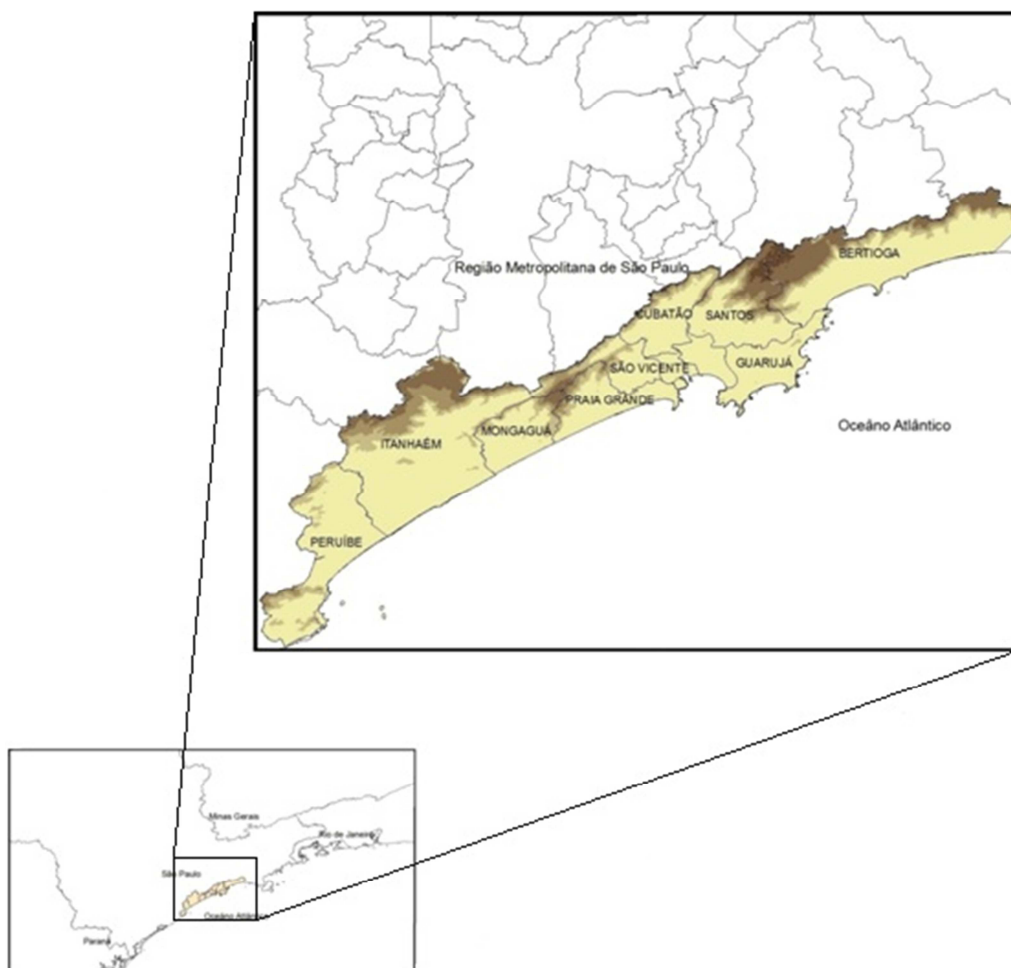


Figura 1. Região Metropolitana da Baixada Santista e seus municípios em relação ao estado de São Paulo. As tonalidades mais escuras representam as altas elevações da Serra do Mar, no limite com a Região Metropolitana de São Paulo. Elaborado por Guilherme H. Gabriel.

Rodovias estaduais e federais foram construídas paralelamente à orla marítima, faixa onde se concentra a expansão das áreas urbanas. Jakob (2003), nesse sentido, afirma que

“este crescimento tem sido creditado ao pólo petroquímico de Cubatão, pelas oportunidades de trabalho que proporcionava, assim como às melhorias das vias de acesso à Baixada, que apresentaram um papel importante para a expansão do turismo, em especial o de veraneio, atraído pelas praias e belezas naturais do local. Mas deve-se lembrar, também, do porto de Santos, que atraiu funções urbanas que, aliadas à péssima qualidade do solo no litoral, contribuíram para a precoce urbanização da região, quando comparada ao Estado de São Paulo” (p.12)

Para Zündt (2006) o acelerado crescimento populacional da Baixada Santista somente foi possível devido ao “boom” imobiliário ocasionado pelas atividades turísticas de verão, que demandam serviços - o setor econômico de maior destaque na região. Essa visão é também compartilhada por Moraes (2007), que considera o fenômeno da segunda residência como o mais expressivo da ocupação litorânea da Baixada Santista, favorecido pela proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo, com a região do Vale do Ribeira, ao sul, e com o litoral norte do estado de São Paulo. Em conjunto com a valorização do espaço, a procura pela segunda residência contribui para deslocar a população de menor renda, e não absorvida pelo setor formal de serviços para áreas desprezadas pelas outras atividades e por parcelas de população mais favorecidas economicamente, que tendem a apresentar menor infraestrutura e maior suscetibilidade física a desastres.

As condições atmosféricas na RMBS foram fortes contribuintes para a atividade de turismo no local, mas também desempenharam papel relevante na desarticulação socioespacial, pois a concentração de chuvas de grande intensidade – típica do regime tropical úmido do local – concorrem para inúmeros problemas, como movimentos de massa em áreas de encosta e inundações. Esse fato foi agravado pelo acelerado crescimento urbano e instalação de pólo petroquímico em Cubatão, cuja poluição comprometeu remanescentes da Mata Atlântica e favoreceu o surgimento e crescimento de bairros em encostas.

Assim, pode-se dizer que o incremento populacional observado resultou em um processo desordenado de ocupação da terra e urbanização, com reflexos no aumento de risco a eventos como inundações e movimentos de massa e problemas crônicos de infraestrutura para a população local e flutuante. Os espaços disponíveis para ocupação se tornam cada vez mais escassos, o que leva a grande pressão no meio ambiente.

Soma-se a isso o fato de que a integração política, social e econômica entre os nove municípios componentes ainda é bastante incipiente, sendo que as relações se caracterizam mais pela competição do que pela cooperação política entre os membros; tal fato, aliado à elevada disparidade interna entre os municípios, impede que as novas oportunidades – aumento das exportações e serviços, além da exploração do pré-sal – sejam aproveitadas pelo conjunto da RMBS.

Com isso, a concorrência por recursos entre esses municípios se torna bastante acirrada e suas diferenças são ampliadas, o que vai de encontro ao papel da criação da RMBS e contribui para mudanças ambientais profundas, rápidas e, em boa parte, deletérias. Colantonio (2005) considera que a região não se caracteriza por uma dinâmica metropolitana conjunta, mas sim por uma região central

com grande diversidade de atividades econômicas e por regiões que são vetores de expansão, demográfica e econômica, relacionadas às atividades turísticas de verão.

As disparidades regionais da economia, dos aspectos demográficos e os problemas ambientais refletem a falta de políticas que assegurem a coesão e lealdade entre os municípios da RMBS, sendo um impedimento para uma unidade real e consistente entre as cidades.

Objetivos

O trabalho teve como objetivo identificar, na estrutura política da RMBS, a diversidade socioespacial e os conflitos entre os municípios da região. Foi realizado, também, levantamento de informações socioeconômicas para o período mais estendido possível, de maneira a observar a evolução dessas características e suas consequências para os municípios e para a RMBS. Aspectos como a pressão do mercado, a fragmentação física, política e socioeconômica dos lugares e as conexões no território que criam espaços com diferentes possibilidades de articulação foram identificados e analisados.

Metodologia

O estudo engloba o levantamento de informações temáticas comuns aos municípios da RMBS para diferentes períodos, de forma a observar tendências socioespaciais e econômicas, entre eles: modais de articulação, população discriminada por idade, população residente e flutuante, taxas de crescimento da população e renda, movimentos migratórios etc. A Fundação SEADE (www.seade.gov.br/produtos/imp/ - último acesso em agosto de 2012) disponibiliza *on-line* os dados dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE, bem como tabulações próprias sobre temas diversos. Tais dados foram organizados em planilhas e gráficos que permitem o cruzamento e espacialização das informações.

Levantamento de documentação relativa aos procedimentos políticos na RMBS, observando o quanto eles contribuem para a articulação entre as nove cidades, também foi efetuado. A AGEM (Agência Metropolitana da Baixada Santista) disponibiliza seus relatórios anuais de atividades em seu website (www.agem.sp.gov.br/agem_relatorio_ultimo.htm - último acesso em julho de 2012), fonte importante de informações a respeito das políticas conjuntas da RMBS.

Fez parte do estudo a realização de dois trabalhos de campo, de forma a observar algumas características específicas *in loco* e estabelecer diálogo com órgãos oficiais. Em ambos os casos houve contato com a Secretaria de Planejamento de Praia Grande, que proveram documentos importantes e informações.

Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas, de modo a prover panorama o mais completo possível das articulações entre os municípios e como isso pode (in)evoluir, futuramente, considerando os instrumentos políticos e legais existentes. Para a espacialização das

informações em forma de mapas foi utilizado o *software* de SIG (sistema de informação georreferenciada) ArcGis 10.0.

Espera-se que os resultados sejam importantes para a sugestão de intervenções para alcançar maior grau de coesão da RMBS, sempre com vistas a limitar problemas futuros e minimizar os atuais. Essa pesquisa integra o projeto temático financiado pela FAPESP 2008/58161-1, que visa avaliar impactos e vulnerabilidade de setores brasileiros às mudanças climáticas globais.

Resultados

Após um surto de expansão econômica e demográfica vivido pela região em meados da década de 1970, fato intimamente relacionado com a implantação da indústria automobilística e com a inauguração de rodovias conectando a Baixada Santista com a metrópole de São Paulo e interligando os próprios municípios da região – como o Sistema Anchieta-Imigrantes e a Rodovia Padre Manoel da Nóbrega – e com a expansão das atividades balneárias de lazer, a região vivenciou forte período de retração do crescimento e dos investimentos. As principais causas foram os problemas ambientais severos no pólo industrial de Cubatão e a reestruturação do Estado brasileiro na década de 1990, impactando o volume de investimentos no complexo portuário e no pólo industrial da região (COLANTONIO, 2005).

A partir de então, intensificou-se o processo de descentralização populacional do núcleo central da Baixada Santista, sobretudo nos municípios de Santos, Cubatão e São Vicente, em direção ao que viria a ser a Região Metropolitana da Baixada Santista, isto é, os municípios de Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. A Figura 2 representa esse movimento, que ocorreu com mais força entre os anos de 1980 a 2000, e a situação atual da RMBS, com tendência significativa de estagnação do crescimento populacional na região central da baixada, com menos espaços disponíveis a serem ocupados pela população flutuante.

Esse processo foi acompanhado pelo aumento da atividade turística nos municípios periféricos da RMBS (no sentido de não fazer parte do núcleo inicial) e possibilitado, também, pelo menor valor cobrado pelo uso da terra nessas cidades – o que atrai imigrantes da própria RMBS, vindos de cidades como Santos e São Vicente, onde o valor do metro quadrado está entre os mais caros do Brasil, especialmente Santos, atualmente vivenciando novo ‘boom’ imobiliário ligado aos investimentos realizados na expansão do porto e pela indústria petroleira.

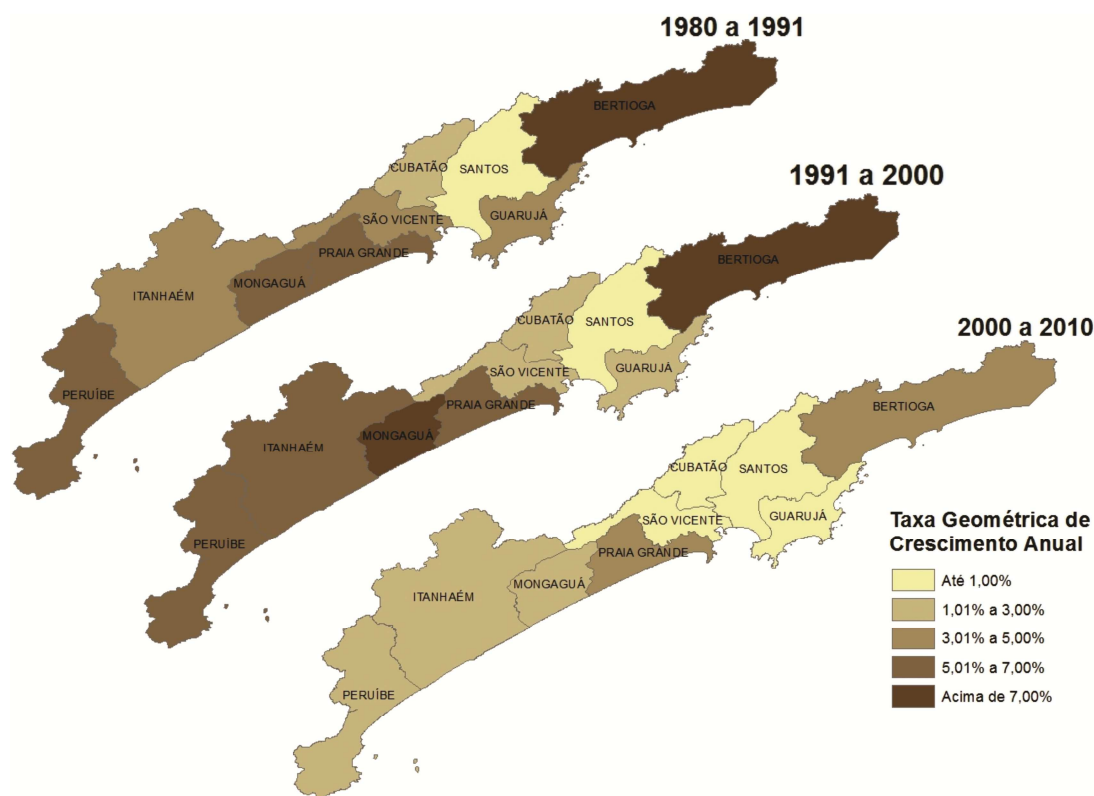


Figura 2. Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população da Região Metropolitana da Baixada Santista para períodos selecionados. Elaborado por Guilherme H. Gabriel.

A partir dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico do país e com enormes investimentos federais no sistema portuário e em atividades de prospecção da Petrobrás, a região vivenciou aumento significativo no nível de emprego e renda. A taxa de crescimento anual do PIB dos municípios da RMBS, para o período de 2000 a 2009, está representada na Figura 3. Vale ressaltar que o município de Santos, sozinho, concentra a maior parte do PIB da região, o correspondente a 56,38% do total. O PIB de Cubatão, o segundo maior da região, corresponde a 14,47% do total da RMBS, o que evidencia o papel concentrador de renda e investimentos de Santos. Em relação aos investimentos, segundo dados levantados pela Fundação SEADE, essa Santos recebeu, em 2010, o montante de US\$ 1,276,150,000.00 ligados a atividades de transporte portuário, fato que ajuda a compreender a elevada taxa de crescimento do PIB santista. É importante destacar, também, que os municípios com maior taxa de crescimento anual do PIB na RMBS, à exceção de Santos, são aqueles ligados a atividades turísticas, como Bertioga, Mongaguá e Praia Grande.

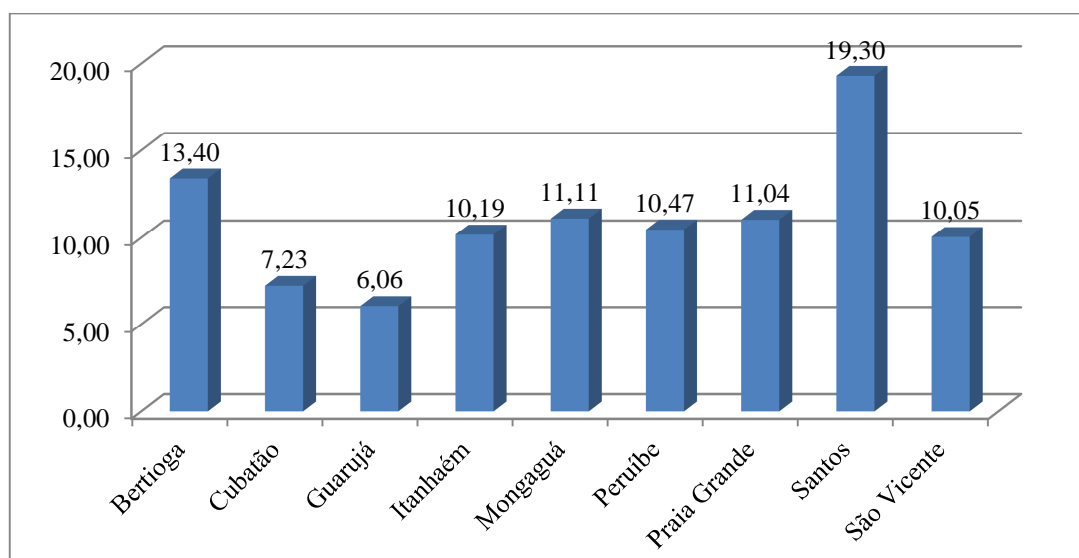


Figura 3. Taxa geométrica de crescimento anual do PIB dos municípios da RMBS no período 2000 a 2009. Elaborado por Guilherme H. Gabriel.

A Figura 4 representa a concentração de renda vivenciada pelos municípios centrais da RMBS, com participação relativa de cada município no PIB da região e com a relação do PIB per capita de cada município com a média para a região. É destacada a concentração do PIB nos municípios de Santos, com grande diversidade de atividades econômicas, Guarujá - segundo município com maior quantidade de investimentos recebidos sendo a maior parte, assim como Santos, também no setor de transportes – e Cubatão, com desenvolvimento pautado na renovação do setor industrial.

Santos e Cubatão são os únicos municípios nos quais o peso do PIB per capita está acima da média da região metropolitana: o primeiro, com cerca de 54 mil reais e o segundo, com 45 mil reais estão bastante acima da renda per capita dos demais, todos abaixo da média de 19 mil reais. Municípios cuja economia é altamente baseada na atividade de turismo - o que implica em grande quantidade de população flutuante, mesmo com PIB relativo pequeno, como Mongaguá - conseguem manter renda per capita relativamente maior do que municípios com PIB muito superior, como São Vicente, que tem população fixa mais numerosa.

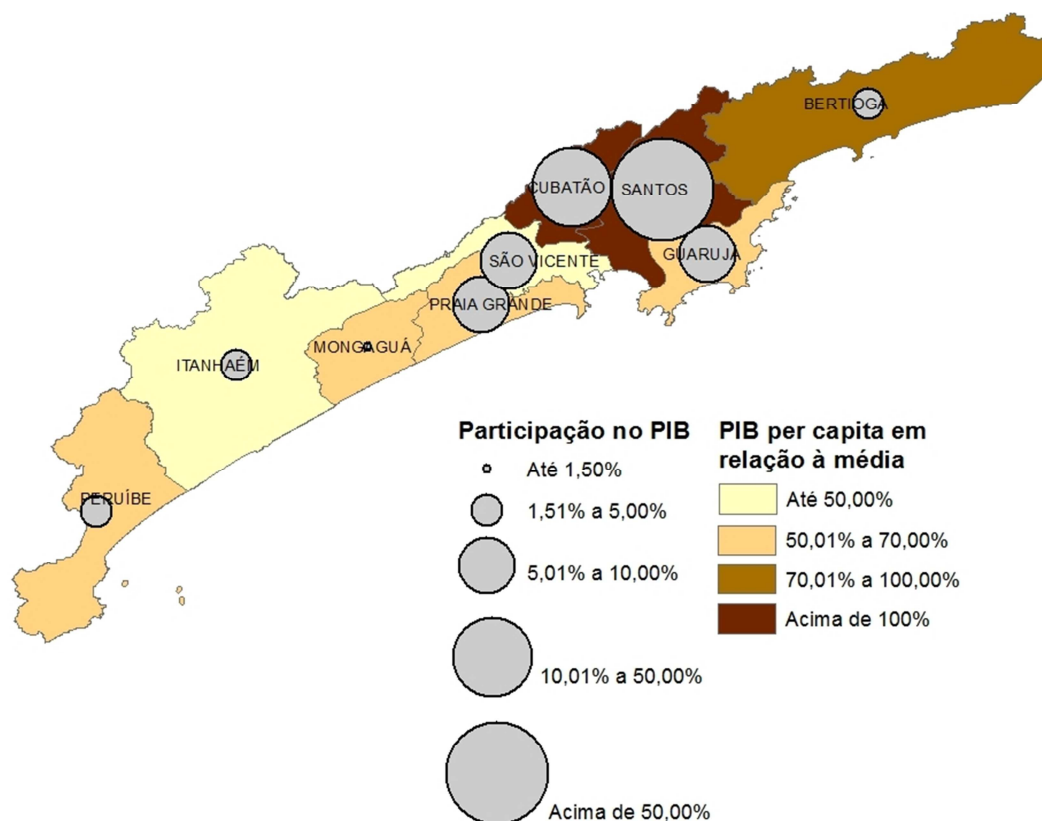


Figura 4. Produto Interno Bruto per capita em relação à média da RMBS (19 mil reais) e participação relativa de cada município no PIB da RMBS. Elaborado por Guilherme H. Gabriel.

Sobre a população flutuante, isto é, a população que se aloca em hotéis, pousadas, campings ou similares e em domicílios de uso ocasional durante o verão, a Tabela 1 mostra a projeção feita pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) para seu crescimento futuro na RMBS. Elas levam em conta, primordialmente, o consumo residencial mensal de água, que se altera profundamente nos meses de verão e semanas de feriados prolongados.

Para Jakob (2003) ao mesmo tempo que foram criadas oportunidades no mercado de trabalho local, atraindo grande contingente populacional, a população flutuante acelerou o processo de metropolização na região, contribuindo para a periferização e verticalização das moradias na Baixada Santista, fato que culmina na redução do tempo necessário para que o município se consolide.

Dos municípios listados na Tabela 1, destacam-se Bertioga, Itanhaém, Mongaguá e Praia Grande pelo fato de que a população flutuante ultrapassa em números a residente em 2010, o que traz consequências significativas para a população local, uma vez que a atividade turística demanda investimento em infraestrutura que supera em muitas vezes a necessidade real do município em épocas de baixa temporada. O grande problema dessa situação reside no fato de que a população que mais necessita de investimentos em infraestrutura e serviços essenciais, ou seja, a população mais pobre e que mora em bairros não valorizados pelo capital, não é atendida, pois grande parte dos investimentos são concentrados na orla, dominada por residências de uso ocasional. Nesse sentido, segundo dados da Fundação SEADE, em Bertioga, Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá, em 2000, menos de 20% dos

domicílios possuíam rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Praia Grande é a única exceção dentre os municípios citados, com elevada porcentagem de população flutuante, tendo rede de esgoto em cerca de 60% dos domicílios. No entanto, como mostram Gabriel e Nunes (2009), grande parte da sua população ainda vive em áreas de risco e/ou com deficiência de serviços essenciais.

O que é digno de atenção nesse caso não é a população flutuante em si; pelo contrário, é essa população que responde por boa parte do dinamismo econômico da região. O que se deve repensar é a forma como são direcionados os investimentos provenientes de recursos trazidos por essa população, sendo que a negligência com que muitas vezes é tratada a população local deve urgentemente ser repensada.

Tabela 1. Projeção dinâmica da população flutuante para o período 2000-2030

	2000	2005	2010	2015	2020	2025	2030
Bertioga	53.601	71.719	86.760	95.885	102.776	108.593	113.194
Cubatão	1.124	2.073	2.518	2.713	2.864	3.018	3.129
Guarujá	159.809	161.240	163.882	169.210	176.295	182.073	187.611
Itanhaém	95.917	101.492	105.317	111.390	116.390	121.388	124.710
Mongaguá	75.538	86.197	91.947	94.306	96.614	100.155	102.805
Peruíbe	53.738	56.966	59.677	62.963	65.438	67.663	68.664
Praia Grande	333.409	349.916	363.457	383.514	408.770	430.183	445.282
Santos	73.627	70.875	68.111	65.632	63.320	61.814	60.036
São Vicente	51.523	44.830	41.026	38.083	35.965	34.403	32.669
Total	898.287	945.310	982.695	1.023.695	1.068.431	1.109.290	1.138.100

Fonte: SABESP (2008)

No tocante especificamente à população fixa, se faz interessante a análise dos movimentos migratórios na RMBS. De acordo com dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 uma tendência que se mantém é que a grande maioria da população que migrou para a RMBS nesse período teve como ponto de origem os próprios municípios da região metropolitana – com 26,61% da imigração em 1991 e 27,61% em 2000 – e o estado de São Paulo, sobretudo a RMSP, representando 37,27% da imigração em 1991 e 42,22% em 2000, como mostra a Figura 5.

Contribuem para esse quadro o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo nos municípios periféricos da RMBS, cujo valor do terreno ainda é atrativo o suficiente para impulsionar investimentos no setor e a saturação dos municípios centrais da RMBS, com densidades populacionais acima de 1.500 habitantes por km², seguido pelo aumento do valor do uso da terra, que também contribui para que moradores vendam seus terrenos nesses municípios - notadamente Santos e São Vicente - e migrem para outros com valores mais acessíveis, como Praia Grande.

No caso da migração advinda do estado de São Paulo, destaca-se a que teve como ponto de origem a Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo municípios como São Paulo e São Bernardo

do Campo. Tal migração é caracterizada por indivíduos de renda elevada e que procuram a região da Baixada Santista em busca de amenidades naturais e edifícios próximos à orla.

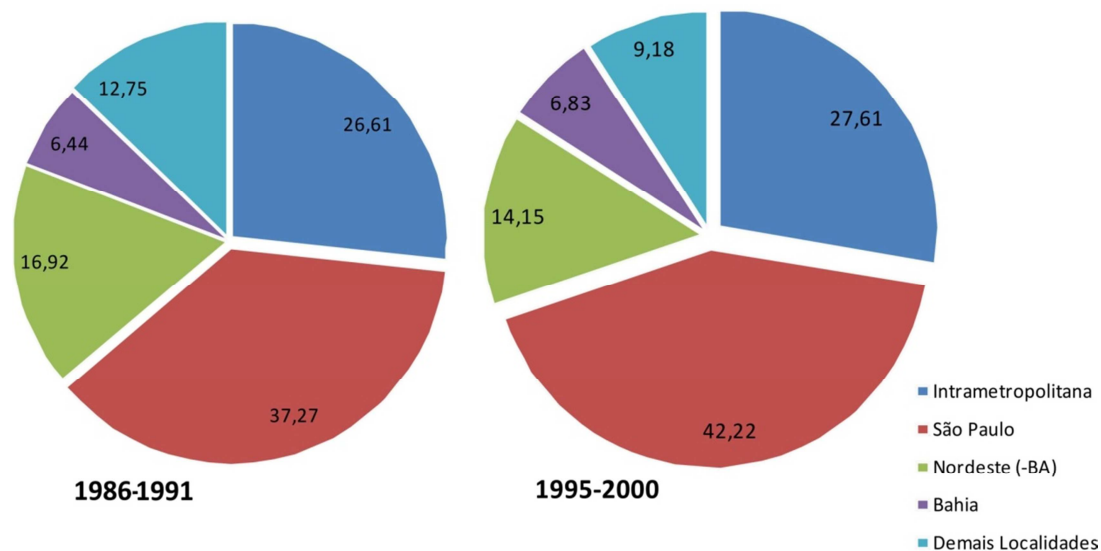


Figura 5. Origem da migração com destino à RMBS, para diferentes períodos, em porcentagem. Elaborado por Guilherme H. Gabriel.

A migração vinda da RMSP foi impulsionada, em grande medida, pela criação e posterior modernização, do Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a Região Metropolitana da Baixada Santista à metrópole de São Paulo e a estados vizinhos, como Minas Gerais. Recentemente, com a inauguração do Rodoanel o acesso à RMBS ficou ainda mais fácil, o que tende a aumentar a procura pela região durante a temporada de turismo. Também vale destacar a ligação com o litoral sul pela Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55), a ligação com o litoral norte e o Rio de Janeiro pela BR-101 e a conexão com o Vale do Paraíba, pela Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro (SP-98).

Responsável por 50,6% do aumento populacional no período 1970/80, a migração na RMBS diminuiu em participação para 20,5% no período 1980/91, subindo novamente para 46% em 1991/2000 e, por fim, caindo para 26% em 2000/2010. Pode-se então dizer que a migração teve participação crescente para o aumento populacional da RMBS até a década de 1970, quando ela atingiu seu ápice na região, decrescendo significativamente na década de 1980, consequência da crise econômica que assolava o país, pela situação da poluição em Cubatão e pela deterioração da balneabilidade das praias de Santos, e recuperou-se na década de 1990 reflexo da economia brasileira. A queda da migração referente aos anos 2000, apesar de um bom momento na economia, está provavelmente ligada ao fato de que os municípios mais populosos da RMBS se encontram em estágio de consolidação, como Santos, São Vicente e Guarujá, com pouco espaço para crescimento e densidades populacionais bastante elevadas, todas superiores a 1.500 habitantes por km².

Discussão e Conclusões

A partir dos resultados apresentados é possível identificar algumas tendências relevantes para o futuro da RMBS. Os dados do período compreendido entre 2000 e 2010 apontam para aumento da participação relativa da população dos municípios dos eixos norte e sul da região no total da contagem populacional, embora seja verificada tendência geral de desaceleração do crescimento populacional nesta década.

Tais vetores de expansão, isto é, os eixos norte, representado por Bertioga, e sul, representado por Praia Grande, Mongaguá, Peruíbe e Itanhaém, ainda mantêm suas economias intimamente dependentes da dinâmica econômica paulista, basicamente pautadas na exploração do turismo. O eixo norte, englobando também parte de Guarujá, é caracterizado por um turismo de população de maior renda, enquanto o eixo sul se caracteriza pelo veraneio de média e baixa renda.

Na chamada área central da Baixada Santista, representada por Santos, São Vicente, Cubatão e parte de Guarujá, o município de Santos merece destaque como o verdadeiro pólo concentrador de atividades econômicas e renda da região. A cidade agrega atividades das mais variadas, como escritórios, jurídicos, equipamentos de saúde, instituições de ensino superior, atividades portuárias e recentemente passou a receber investimentos da indústria do petróleo. Vale acrescentar que o novo 'boom' imobiliário de Santos é focado na construção de enormes prédios de alto padrão, o que, inclusive, acarreta problemas na circulação local dos ventos e se vincula à exacerbação de calor urbano.

Assim, como observa também Colantonio (2005), o processo de criação de uma região metropolitana na Baixada Santista parece muito mais a instituição de um aparato legal que dê suporte às questões conjuntas dos municípios da região, seja melhorando a força de coerção política, seja aumentando o recebimento de recursos financeiros Estaduais, do que simplesmente a aglomeração econômica de municípios conectados a uma produção comum – o que, de fato, não existe no momento na RMBS. Esse fato é comprovado quando se observa a notável concentração de riqueza em Santos (vide Figura 4).

Um dos grandes temas de discussão sobre a região atualmente, reside na possibilidade da instalação de base operacional da Petrobrás na região portuária de Santos, semelhante ao modelo implementado em Macaé-RJ, o que atrairia uma série de empresas consumidoras, distribuidoras e fornecedoras de materiais relacionados à indústria de prospecção de petróleo e gás natural na RMBS. O grande dilema se encontra na questão dos possíveis impactos que seriam sentidos pelos municípios da região que, de um lado, tornariam-se mais atrativos aos investimentos e de outro, poderiam vivenciar situações de aumento da poluição, piora na balneabilidade das águas, no trânsito e aumento da já existente segregação socioespacial.

Outro aspecto a se destacar é a intensidade das precipitações no local, que mesmo típicas de clima tropical úmido desarticulam as funções do território: a maior concentração de pessoas e

atividades poderiam agravar ainda mais os problemas socioambientais já existentes. Avaliando a relação entre escorregamentos de encostas e precipitação em dois momentos no Guarujá, Araki (2007) observou que os montantes de precipitação que deflagram processos de movimento de massa não se alteraram, mas em períodos mais recentes houve aumento muito significativo de escorregamentos de encostas, aspecto que o autor atribui à grande transformação socioambiental desse município, com ênfase na ocupação de áreas de risco a esses eventos catastróficos.

Passados 16 anos da criação da RMBS, nota-se que o período foi marcado por enorme diferença entre os indicadores socioeconômicos entre os municípios, subvertendo os laços de cooperação conjunta que deveriam unir os municípios que compõem uma região metropolitana.

Salienta-se que a desestruturação crescente da RMBS pode ser ampliada por eventuais mudanças climáticas, que poderiam, por exemplo, agravar a intensidade das precipitações no local. Ao apresentar o panorama que tem direcionado a evolução da RMBS (que, na verdade, demonstra falta de articulação entre os municípios), esse trabalho contribui para uma investigação mais ampla, que na sequência avaliará como esse quadro poderia e(in)voluir a partir de cenários de mudanças climáticas que estão sendo produzidos com resolução 5 X 5 km (Proc. Fapesp. 2008/58161-1).

Como se vê, questões dessa importância deveriam ser consideradas pela Região Metropolitana como um todo, tal qual se idealizou no momento de sua criação, e não apenas por este ou aquele município isoladamente, ou para uma ou outra questão. As características climáticas merecem especial atenção, tendo em vista que as chuvas concentradas podem acarretar transtornos para as atividades econômicas, como portuárias e para o turismo. Caso contrário, corre-se o risco de se agravarem problemas históricos vividos pelos municípios da região, em benefício de atores particulares.

Agradecimentos: à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), por concessão de bolsa de iniciação científica (Proc. 2011/20029-8), vinculada ao Projeto Temático 2008/58161-1.

Referências

AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista. Padrões socioespaciais da Região Metropolitana da Baixada Santista: Município de Praia Grande. Santos: AGEM, 2006.

ARAKI, R. Vulnerabilidade associada a precipitações e fatores antropogênicos no município de Guarujá (SP): período 1965 a 2001. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007.

COLANTONIO, F. C. A questão metropolitana da Baixada Santista: 25 anos de mudanças socioeconômicas na região. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007.

CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GABRIEL, G. H; NUNES, L. H. Episódios pluviais concentrados e urbanização em Praia Grande-SP e seus impactos socioambientais, 2010, Fortaleza-CE. IX Congresso Brasileiro de Climatologia Geográfica. Fortaleza-CE: Universidade Federal do Ceará, 2010.

JAKOB, A. A. E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000. Campinas: Núcleo de Estudos da População/UNICAMP, 2003.

MORAES, A. C. R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. da. Geografia Crítica. A Valorização do Espaço. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, A. P. R. Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: mobilidade populacional e diversidade socioespacial. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2008.

YOUNG, A. F.; FUSCO, W. Espaços de vulnerabilidade sócio-ambiental para a população da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas. XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Caxambu, 2006.

ZÜNDDT, C. Baixada Santista: uso, expansão e ocupação do solo, estruturação da rede urbana regional e metropolização. In: CUNHA, J. M. P. (Org.); Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

Sites Consultados

AGÊNCIA METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (AGEM): <http://www.agem.sp.gov.br/> - Último acesso em julho de 2012.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SABESP): <http://site.sabesp.com.br/site/default.aspx> - último acesso em junho de 2012

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE): <http://www.seade.gov.br/> - último acesso em Agosto de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): <http://www.ibge.gov.br/> - último acesso em Julho de 2012.